

SUPERNOVA

boletim informativo do CEFISMA

produção do centro acadêmico da física

| fev. 2024

Reflexão: o que é, de fato, uma universidade popular?

Na primeira metade do ano de 2023, discentes do Instituto de Física da USP decidiram por um projeto de universidade popular por meio da eleição da chapa Quebra de Simetria. O mandato passou a construir o Centro Acadêmico a partir de agosto desse mesmo ano. Essa chapa foi eleita com o papel de representar os interesses dos alunos do IFUSP a partir do modelo de uma universidade verdadeiramente popular. Porém, o que é uma universidade popular?

escrito por Ely Miranda

página 2

Sobre a greve de 2023

O segundo semestre de 2023 foi agitado na USP: estudantes de graduação deflagraram uma greve geral que parou a universidade por cerca de um mês, reivindicando a contratação de professores e funcionários, melhores condições de permanência estudantil, e várias outras conquistas. Com adesão histórica, o movimento abrangeu a enorme maioria dos cursos nos campi da capital e foi recheado de assembleias, piquetes, manifestações, confrontações com a Reitoria e até mesmo a polícia e a mídia de repercussão nacional..

escrito por Henrique Felix

página 3

O conhecimento a serviço de quem?

Universidade, pesquisa, ciência e tecnologia no capitalismo dependente brasileiro

Em meio aos reiterados ataques às universidades públicas – acusadas de serem ambientes de “balbúrdia” e de serventia pública irrelevante –, a defesa das universidades e, nelas, dos meios para a investigação científica, são pré-condições essenciais para a busca de tratamentos, desenvolvimento de vacinas, produção de equipamentos e incremento de técnicas para o combate à pandemia. Para além das ciências da saúde, a crise sanitária se desenvolve por sobre tessituras sociais bastante heterogêneas e sua letalidade está diretamente ligada ao caráter de classe da sociedade brasileira, impondo o amparo das ciências como um todo, na multiplicidade dos saberes frente às complexidades do tempo presente. O esteio ao SUS e aos Hospitais Universitários por uma saúde pública, gratuita e de qualidade, que possa atender a todos nos momentos mais dramáticos que atravessamos, se soma à defesa da educação como direito e não como mercadoria, em todos os níveis e aos esforços de construção de uma universidade popular.

Para isso, é imprescindível discutir a correlação universidade e sociedade, pensando o caráter público dos processos de construção e difusão de conhecimento, do domínio das técnicas e da capacidade de reflexão crítica acerca dos usos sociais das técnicas e das apropriações de saberes em uma sociedade profundamente desigual, bem como do domínio científico acompanhado da necessária crítica acerca do alcance das ciências no Brasil.

escrito por Rodrigo Medina Zagni

página 4



Você tem interesse em participar da produção da SUPERNOVA?

entrem no grupo de colaboradores do CEFISMA!

Reflexão: o que é, de fato, uma universidade popular?

O exercício de responder essa pergunta não nos parece fácil. Precisamos imaginar como poderia funcionar uma estrutura universitária que fuja, de alguma forma, da dinâmica dominante do academicismo. Não conhecemos exemplos reais do que é, de fato, uma universidade popular. Porém, percebemos diariamente inúmeras contradições em nosso dia a dia que podem nos servir de pontapé inicial para responder essa questão.

Segundo o último Censo de Educação Superior, menos de 25% dos jovens com idade entre 18 e 24 anos têm acesso ao ensino superior, com menos chances ainda de ingresso ao ensino público, quais são esses jovens que estão acessando este ensino? De acordo com dados do anuário estatístico de 2023 da USP, temos 1812 alunos no IFUSP (entre graduandos, pós-graduandos e pós-docs), dos quais 974 se autodeclararam brancos, 52 amarelos, 281 pardos, 79 pretos, 3 indígenas e 423 não informaram. Tirando os não informantes, isso implica que 70,12% são brancos e 29,88% não brancos. Além disso, 78,65% se declaram homens e 21,35% mulheres. Portanto, um aluno médio do IFUSP é um homem branco. Se você não se enxerga assim, desde o primeiro momento que se pisa aos arredores da USP, você percebe que aquele lugar não é frequentado e feito para pessoas que parecem, de alguma forma, a você. Olhando para os docentes da USP, em geral, temos 5.151 ativos e, no que tange à autodeclaração de raça/cor, 4.699 (91,23%) se autodeclararam brancos, e 37,49% mulheres. A situação no IFUSP consegue ser pior, visto que entre 115 docentes apenas 23,48% se declara como mulher e 2,61% se declara como negro (sim, apenas homens). Ainda é necessário categorizar pessoas agêneres e trans nos anuários.

Mesmo com uma melhora absurda, após a implementação de cotas raciais que no IF veio em 2018, o espaço é, em grande maioria, composto pela elite paulista. Esse fato histórico nada mais é que um projeto político, muito bem implementado, que persiste desde a fundação desta universidade. A USP foi criada pela elite paulistana em 25 de janeiro de 1934 com o objetivo de formar quadros econômico-políticos que defendessem seus interesses nacionalmente. Sua criação representa um dos atos políticos após o fracasso da “Revolução” Constitucionalista de 1932, considerado um levante armado protagonizado por São Paulo e construído devido à insatisfação da elite paulista com o governo de Getúlio Vargas, sobretudo pela centralização de poder imposta pelo governo. Como afirma o próprio site da USP: “Não restam dúvidas de que a USP contribuiu para construir a história não só do Estado de São Paulo, como também do Brasil. (...) Falando somente do cargo maior da República, a USP ajudou na formação de 13 dos 42 presidentes do Brasil, seja após sua criação, em 1934, seja na época da Faculdade de Direito de São Paulo, um dos embriões da Universidade. Saiba quem são eles: Prudente de Moraes; Campos Sales; Rodrigues Alves, Afonso Pena; Venceslau Brás; Delfim Moreira; Washington Luís; Júlio Prestes; José Linhares; Nereu Ramos; Jânio Quadros e Fernando Henrique Cardoso”, além de Fernando Haddad e Michel Temer. Todos, coincidentemente, homens brancos. Nosso projeto popular deve, portanto, ter como umas de suas principais características o extermínio dessa política racista de segregação no espaço universitário e de formação de quadros para defender interesses burgueses paulistas.

Mas, infelizmente, isso não é tudo. A ciência aqui produzida pouco serve para sanar as imensas contradições que nossa nação apresenta. O projeto de produção científica não tem como objetivo majoritário pensar o Brasil. As universidades e o sistema de pós-graduação estão subvertidos a um projeto de submissão da soberania nacional, abrindo mão do domínio técnico-científico, em prol da soberania econômica de países considerados desenvolvidos, e de suas empresas transnacionais. Assim, o IFUSP forma ótimos profissionais na graduação e pós-graduação, porém não existe um projeto nacional para capturar essa mão de obra superqualificada, o que leva jovens pesquisadores a emigrar aos países que valorizem seu conhecimento. É o que chamamos de “fuga de cérebros”. De fato, essa realidade é muito conveniente para os estados que recebem essa mão de obra, uma vez que não gastaram nem um centavo na formação desses indivíduos.

Como sistematiza Rodrigo Medina Zagni: “O caráter restritivo do ensino superior brasileiro, logo a educação como privilégio, explorada pelo setor privado como mercadoria de qualidade rebaixada e serviu ao propósito da reprodução técnica esvaziada de conteúdos reflexivos e mesmo da capacidade de produção de pesquisa de ponta, tanto quanto de iniciar processos de inovação tecnológica, tem razão na divisão mundial do trabalho e na subsequente condição de capitalismo dependente (...) desejada pelas elites políticas e oligarquias econômicas.” Em suma, a universidade popular deve ter como alicerce esses dois objetivos estratégicos que se unem em uma simples frase que carrega todo seu significado: “a universidade tem que ser do povo e para o povo”. Isso implica que nossa luta não pode e nem deve ser localizada apenas no espaço acadêmico, e sim contra o modo de produção que nos é apresentado. É necessário um novo projeto brasileiro: um projeto nacional de desenvolvimento, cuja universidade representará um pilar fundamental.

Sobre o autor

Ely Miranda é doutorando do Instituto de Física, membro do Coletivo Negro Sonia Guimaraes e primeiro secretário da chapa Quebra de Simetria do CEFISMA.

Sobre a greve de 2023

Durante a greve, não ficamos só coçando em casa. Fizemos inúmeras reuniões, construímos discussões e projetos, e criamos grupos de trabalho frutíferos, retomando laços de união e companheirismo que a volta da pandemia ainda dificultava. No IFUSP, ossos do ofício: foi fundado um grupo de trabalho dedicado à análise de dados da universidade, qualificando as demandas estudantis fazendo o que sabemos fazer melhor. Os primeiros resultados do GT demonstraram, em números, a deterioração da situação da USP e do IF nos últimos anos, e foram usados nas negociações e articulações políticas. Outros cursos também criaram seus GTs, enquanto os comandos de greve integravam as contribuições em formulações políticas mais abrangentes.

Você sabia que a USP dispunha em 2022 de menos professores que em 1990, quando tinha menos da metade do número de estudantes? E que nos últimos anos o orçamento da USP foi artificialmente limitado por um teto de gastos, piorando ainda mais a situação? Tudo isso e muito mais você descobre no texto a seguir! Escrito ao final da greve e publicado pelo CEFISMA em um espaço de tribunas aberto à comunidade, ele reúne uma série de resultados colhidos pelos GTs e comandos de greve. Além de confirmar o diagnóstico estudantil de que o déficit docente perdurará, também são apresentados aspectos do funcionamento institucional e da história recente da USP, expondo alguns entraves identificados pelo movimento, caminhos para o futuro, e um balanço de limitações da própria organização discente.

Introdução

Quantas vezes você ouviu que a greve não fazia sentido porque a Reitoria já tinha previsto contratações suficientes na USP? O número prometido, de 879 contratações de docentes, faria a USP voltar ao patamar de 2014, época em que teve mais docentes em sua história. O problema que vivemos hoje estaria plenamente resolvido e a greve não teria razão de ser. Para engrossar o caldo, a Reitoria prometeu contratar mais 148 docentes, referentes às “perdas” de 2022. Com isso, 1.027 contratações seriam efetivadas, supostamente garantindo o patamar de 2014.

Que se diga de pronto: as contratações da Reitoria não estão nem perto de sanar o déficit histórico de docentes na USP. O principal objetivo deste texto é mostrar por que essa narrativa de “problema resolvido” passa longe da verdade.

Sabemos que faltam docentes na USP, mas exatamente quantos? Como estimar o tamanho desse déficit? A solução da Reitoria de voltar a 2014 aparenta fazer sentido: olhar para o ponto que foi “melhor” e medir o quão longe estamos dali. Mas qualquer pessoa que entra em contato com a dinâmica demográfica e o funcionamento institucional da USP se dá conta de que esse método tem várias falhas.

Na verdade, é difícil estimar o déficit, e impossível definir “O Verdadeiro Déficit”, pois existem escolhas políticas e metodológicas envolvidas. Seria ótimo se cada unidade pensasse sobre as reais necessidades do Projeto Político-Pedagógico de seus cursos, ouvindo estudantes e funcionáries, e que isso fosse sincronizado por uma autoridade central paritária em um projeto político coerente para a USP. A Reitoria poderia ajudar nesse esforço. Mas já que isso não está sendo feito, nós do corpo discente podemos pelo menos recorrer a métodos iniciais – limitados mas também esclarecedores – usando os poucos dados publicizados pela USP. Isso foi parte do que fizemos nos GTs de Dados, e relato aqui alguns dos acúmulos que tivemos.

No tópico a seguir, reviso as promessas da Reitoria e demonstro que são insuficientes para voltar ao patamar de 2014 considerando uma projeção de saída de professores. Nos tópicos posteriores, revisito a escolha política desse patamar de 2014 e demonstro que ela é inadequada e oportunista. Por fim, faço algumas considerações sobre o orçamento da USP e um desabafo quanto à situação informacional do nosso movimento.

Acesse o texto completo aqui!



Sobre o autor

Henrique Felix é graduando de bacharelado do Instituto de Física, e colaborador do CEFISMA.

O conhecimento a serviço de quem?

Universidade, pesquisa, ciência e tecnologia no capitalismo dependente brasileiro

Há relativo consenso, na literatura especializada, sobre o fim de uma “era de ouro” do capitalismo já desde 1970 (HOBSBAWM, 1995:202-224), com a ocorrência de crises intersticiais em todas as décadas subsequentes, intensificadas no início do novo milênio pela “crise dos subprimes”, a conseguinte guerra comercial entre China e Estados Unidos e, nesse início de 2020, a pandemia mundial de Covid-19 que, acelerando a marcha da crise estrutural, precipita o abismo da recessão mundial.

Nos planos nacional e internacional, dos centros economicamente desenvolvidos à periferia do sistema mundial, a crise aguda do capital é acompanhada pela aceleração do desmonte de direitos sociais, nexos de políticas “austericidas” voltadas ao atendimento dos interesses do financismo e do capital produtivo transnacional, a quem têm sido dirigida, por meio de instrumentos diversos, parte dos fundos públicos em origem destinados à saúde, educação, segurança e outros serviços públicos essenciais.

A contrarreforma do Estado, no Brasil aprofundada pela composição entre ultraneoliberalismo e extrema direita, tem a coerência do avanço desses setores (capital financeiro e produtivo) sobre fundos públicos, seja por meio dos esquemas de rolagem e pagamento dos serviços da dívida pública, seja privatizando setores como educação e saúde, convertendo direitos sociais em mercadoria. Os retrocessos se somam ainda à cruzada ideológica movida contra o “marxismo cultural” e toda e qualquer forma de dissidência política, proclamando um pensamento único eivado de intolerância religiosa, racismo, misoginia, LGBTfobia, ódio de classe e outras formas de discriminação das diversidades, contaminando os mais diversos ambientes da vida social e, de forma mais organizada, o ambiente escolar e universitário, onde docentes têm sofrido todo tipo de patrulhamento ideológico, estimulados por governos e parlamentares, que tentam impor mordidas ao pensamento crítico.

Enquanto as ciências são vilipendiadas pelo fundamentalismo religioso, obscurantismos disseminados em forma de “fake news” e o anti-iluminismo plasmado no senso comum, a defesa do sistema público de ensino e da atividade docente, do ensino básico ao superior, da autonomia universitária, da liberdade de cátedra e de uma escola e universidade efetivamente populares significam a salvaguarda de um princípio: a educação, como direito, instrumento de emancipação dos indivíduos e de transformação da realidade social. Mas também a guarda do sistema universitário brasileiro, de pós-graduação e de autônomas políticas de ciência e tecnologia implicam na defesa de um dos pilares da soberania nacional, diretamente ligado ao domínio técnico-científico, ao mundo da produção, índices de desenvolvimento econômico, empregabilidade e acesso a direitos na própria moldura da institucionalidade burguesa.

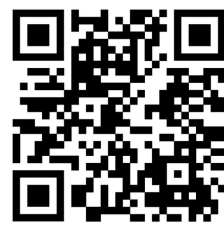
Essa condição é explicitada no decurso da pandemia global de Covid-19 e pelo quantitativo de mortos alcançado no Brasil, superando os EUA no número de casos a cada um milhão de habitantes (21.577 contra 20.793, sendo a média global de 4.032 casos), ocupando o segundo lugar no ranking mundial de mortos (137.350 contra as 199.633 vítimas norte-americanas, de um total global de 965.529 mortos), postando-nos no centro da pandemia global.

Em meio aos reiterados ataques às universidades públicas – acusadas de serem ambientes de “balbúrdia” e de serventia pública irrelevante –, a defesa das universidades e, nelas, dos meios para a investigação científica, são pré-condições essenciais para a busca de tratamentos, desenvolvimento de vacinas, produção de equipamentos e incremento de técnicas para o combate à pandemia. Para além das ciências da saúde, a crise sanitária se desenvolve por sobre tessituras sociais bastante heterogêneas e sua letalidade está diretamente ligada ao caráter de classe da sociedade brasileira, impondo o amparo das ciências como um todo, na multiplicidade dos saberes frente às complexidades do tempo presente. O esteio ao SUS e aos Hospitais Universitários por uma saúde pública, gratuita e de qualidade, que possa atender a todos nos momentos mais dramáticos que atravessamos, se soma à defesa da educação como direito e não como mercadoria, em todos os níveis e aos esforços de construção de uma universidade popular.

Para isso, é imprescindível discutir a correlação universidade e sociedade, pensando o caráter público dos processos de construção e difusão de conhecimento, do domínio das técnicas e da capacidade de reflexão crítica acerca dos usos sociais das técnicas e das apropriações de saberes em uma sociedade profundamente desigual, bem como do domínio científico acompanhado da necessária crítica acerca do alcance das ciências no Brasil.

Com esse escopo, procederemos a caracterização do capitalismo dependente brasileiro nos processos de mundialização do capital, o papel do ensino superior nesse quadro e, nele, do sistema de pós-graduação e suas conexões com as políticas públicas voltadas à Ciência e Tecnologia no contexto dos mais severos ataques já desfechados contra o caráter público e laico do ensino superior, onde a democracia segue inconclusa, espelhando a condição ilusória da liberdade burguesa.

Acesse o texto completo aqui!



Sobre o autor

Rodrigo Medina Zagni é Docente do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Pós-doutorando pelo Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP), doutor em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM) da USP, bacharel e licenciado em História pela USP. Compõe a coordenação estadual paulista da corrente sindical Unidade Classista e constrói o movimento por uma Universidade Popular.

Esse artigo foi retirado da internet e está presente no livro A Universidade Popular (coletânea), organizado por Francieli Rebelatto, Luis Acosta, Milton Pinheiro.